

A Expansão do Ensino Primário em Pelotas (1959-1964)

WELITON BARBOSA KUSTER
PATRÍCIA WEIDUSCHADT

Universidade Federal de Pelotas - welitonkuster@hotmail.com

Universidade Federal de Pelotas - prweidus@gmail.com

1. Introdução

O presente trabalho possuí por objeto o Governo de Leonel Brizola no Estado do Rio Grande do Sul (1959-1963) e as influências das suas políticas voltadas para a educação no município de Pelotas.

O propósito deste estudo é compreender o projeto educativo presente em acordos estabelecidos entre governo do estado do Rio Grande do Sul e município de Pelotas na legislação educacional do município a partir do Plano de Expansão do Ensino Primário promovido pelo citado governo.

Para tanto, utilizei este espaço para analisar seis destes acordos consolidados entre 1959 e 1964. O tema da pesquisa está firmado na grande área das Ciências Humanas e envolve, sobretudo, a análise da documentação do acervo da Prefeitura Municipal da referida cidade com o propósito de compreender como se deram, de fato, essas mudanças. O processo de análise problematiza a produção dos documentos e os considera como fontes históricas. Desta forma, ao interrogar as fontes históricas a fim de cruzar dados em análise anoro-me em autores como Samara e Tupy (2007), Pesavento (2003) e Ragazzini (2001) ao que concerne a problemática do tratamento do documento e sua utilização em pesquisa histórica.

Esta iniciativa tem, como justificativa, a busca por dados históricos que venham a esclarecer como se deu a relação entre município e Estado quando estes firmaram tais acordos visando a modificação na legislação educativa do local.

2. Metodologia

Os documentos que pautaram o estudo fazem parte do setor de Atos e Ofícios da Prefeitura Municipal de Pelotas/RS e constituem os livros originais das Leis e Decretos assinados, anualmente, no contexto do município. A primeira etapa do processo metodológico da pesquisa se compôs na ida ao acervo e no manejo dos Livros de Leis e Decretos que são catalogados anualmente. Por incluírem todas as realizações do município, uma seleção se fazia necessária. O critério escolhido para realizar a citada seleção era a busca por informações referentes somente a educação como, por exemplo, aprovações de orçamentos anuais, Legislação Municipal e, especificadamente, os Termos de Acordo que se firmaram no recorte temporal aqui estabelecido.

O segundo estágio do processo metodológico compreendeu a montagem de todos os documentos nos formatos eletrônicos Word e PDF para favorecer a análise e exposição desses mesmos. Para que as citadas análises desses dados pudessem ser construídas, num primeiro momento, realizou-se a construção de tabelas de sistematização contendo itens como ano, nome do decreto, palavras-chave e uma pequena descrição do documento. Este processo contribuiu para que pudéssemos estruturar categorias de análise. Feito isso, o desafio seguinte

era realizar pequenas descrições e análises, em forma de texto, em que se atribuíam todas as características dos documentos.

3. Resultados e Discussões

As mudanças no sistema de ensino no estado do Rio Grande do Sul tiveram considerável protagonismo pelo governo Leonel Brizola. Através de uma rede de acordos que se firmavam através de um diálogo entre municípios e capital, mudanças passaram, na prática, a serem fortemente empreendidas.

Os documentos em análise possuíam especificações próprias e eram compostos por cláusulas que definiam, com clareza, quais obrigações pertenciam ao Estado e quais ao Município. O texto da Lei nº 1.000 (1960) que promulgou o acordo para execução do Plano de Expansão no município de Pelotas enfatizava que ao Governo do Estado do RS cabia “[...] contribuir com os meios financeiros necessários à construção e equipamento dos prédios escolares” (p. 01-02). Cabendo a este repassar ao município a contribuição mensal para provimento de bases dos vencimentos do professorado municipal e para remuneração do corpo docente admitido dentro do Plano de Expansão.

A mesma lei estabelece ainda que o município de Pelotas ficaria responsável por subsidiar o provimento de pessoal docente, a administração do ensino e condições financeiras e de transporte ao Grupo de Supervisão. Tal grupo seria constituído por professores do quadro do estado com função de fiscalizar a atividade docente nas novas unidades escolares.

O Termo de Acordo que buscava a Expansão Decentralizada do Ensino Primário e os que tratavam da Aquisição de Materiais para obras escolares consistiam no diálogo entre Município e Estado, o primeiro informava ao segundo a cerca de suas deficiências no que tange a prédios escolares e salas de aula e, assim, o Estado interferia com benefícios técnicos e financeiros para a realização das obras. A Comissão Estadual de Prédios Escolares (Cepe) foi um órgão de colaboração entre a Secretaria de Educação e Cultura e a Secretaria de Obras Públicas e foi a instituição que coordenou o plano de expansão. A Concessão de Bolsas de Estudo se dava através da transferência de professores e do repasse de verbas para a construção ou manutenção dos prédios das fundações que mantinham instituições particulares, em troca de vagas para alunos vindos de escolas públicas. O decreto n. 10.598, de 14 de julho de 1959, autorizava a concessão de bolsas de estudo para o curso primário a partir do terceiro ano. A intervenção do Estado no Ensino Médio e Técnico também ocorreu, na área do ensino secundário, o governo observou a falta de escolas desse nível, e então criou o programa “Um ginásio para cada município”, para preencher tal deficiência. Na cidade de Pelotas/RS não fora diferente, com um Termo de Convênio firmado em 20 de março de 1964 para aquisição de material para o Ginásio Pelotense.

O financiamento para todos esses programas proveio de quatro departamentos: a) recursos orçamentários; b) recursos do II plano de obras vinculados a educação; c) recursos provenientes do repasse do Fundo Nacional do Ensino Primário; d) recursos do fundo social da Agencia Norte Americana para o Desenvolvimento Internacional (QUADROS, 2002, p.75).

4. Conclusões

Realizar análise a fim de construir interpretações históricas exigem mais do que manuseio das fontes e dos dados encontrados a partir destas. É preciso estudo, reflexões e articulação entre categorias de análise, lugar social e narrativas temporais.

Nesse sentido, a inovação de tal pesquisa consiste em analisar as legislações do município ao que concerne a propostas educativas em regime de colaboração com outras esferas administrativas, neste caso, o governo do Rio Grande do Sul. Embora existam estudos que analisem o projeto enquanto discurso e política de governo, não encontramos produções que se propõem a compreender os impactos da mesma na dimensão das municipalidades.

Por fim, concluo este escrito com a certeza de que a pesquisa em história da educação necessita do respaldo documental, do apoio das fontes históricas, uma vez que estas estão articuladas a um contexto histórico específico e auxiliam a compreendermos a historicidade de diferentes tempos e lugares. Nesse sentido, compreendemos que os arquivos de documentos legislativos caracterizam-se por ser representado por contextos de normas, prescrições e obrigações que nos permitem conhecer e melhor compreender as características dos projetos de educação, das concepções educativas nos planos de governo, compreender elementos característicos da gestão do município e das secretarias de educação. Tais documentos e instrumentos de gestão escolar são importantes suportes de memória das instituições. Os acervos que guardam tais documentos são lugares de memória (NORA, 1993) representativos da história de uma instituição, bem como da história educacional local e nacional.

5. Referências Bibliográficas

- NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. Projeto História, São Paulo, n. 10, dez. 1993.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & História cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- QUADROS, Claudemir de. *As brizoletas cobrindo o Rio Grande: a educação pública no Rio Grande do Sul durante o governo de Leonel Brizola (1959–1963)* / Claudemir de Quadros – Santa Maria: Ed. UFSM, 2002
- RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação? in: Educar: Curitiba, n. 18, p.13-28, 2001.
- SAMARA, Eni de Mesquita; TUPY, Ismênia Spíndola Silveira Truzzi. História & Documento e método de pesquisa. Belo Horizonte: Autêntica, 2007. 168 p.